

Discurso do Desembargador Paulo da Cunha, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por ocasião da posse dos novos Juízes Substitutos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
Cuiabá/MT, 13 de julho de 2015.

Saudação.....

Há uma passagem bíblica no Evangelho de São Marcos que me é muito significativa e que desejo fique gravada também em vocês.

A ideia central é de que um profeta não é aceito, não é reconhecido, não é valorizado em sua terra natal. Em verdade, a passagem fala do próprio Jesus que, para os habitantes de sua cidade, não passava do filho do carpinteiro: *Não é este o carpinteiro, filho de Maria, e irmão de Tiago, e de José, e de Judas e de Simão? E não estão aqui conosco suas irmãs? E escandalizavam-se nele.*¹

Caríssimos novos juízes do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, durante mais de duas décadas vocês viveram com suas famílias, seus amigos de caminhada, de estudo. Talvez nada de excepcional. Hoje são chamados à uma tarefa, digamos assim, um pouco mais desafiadora.

Vejo uma identidade entre vocês e os profetas, entre vocês e Jesus. Pois a missão que lhes está sendo confiada hoje – e que por mérito próprio tiveram acesso – é viver de modo a transformar vidas e realidades como guardiões da verdade e promotores da harmonia.

A missão do profeta é dizer a verdade, doa a quem doer. O compromisso do profeta é só com a verdade.

Mas o que é a verdade?

Verdade e conhecimento não se confundem. Todos nós não temos acesso direto ao verdadeiro. Ninguém tem contato com o absoluto. Pois a verdade só pode ser conhecida por intermédio da nossa sensibilidade, da nossa razão, dos nossos instrumentos de observação e de medida, dos nossos conceitos e das nossas teorias.²

Por conseguinte, caros novos juízes, Vossas Excelências só terão êxito na missão sendo mais sensíveis (ao outro, às realidades desconhecidas, às diferenças sociais, culturais e econômicas), sendo guiados pela razão (que tem o poder de pôr por terra todo desconhecimento), sendo observadores (ouvindo muito, ouvindo todos e decidindo com um convencimento formado livremente, mas com responsabilidade e motivação).

Não se faz sequer necessário lembrar que o acesso à verdade passa pelo domínio dos conceitos e das teorias. Razão pela qual, seja ao profeta, seja ao juiz, o estudo contínuo é o eterno companheiro, preferentemente, sempre na vanguarda das mudanças sociais. Pois ser vanguarda é ser e fazer a diferença em cada sociedade.

O direito é o mais eficaz aparelho de treinamento, controle e sujeição do ser humano. Ser vanguarda é, como defendia o saudoso Desembargador Márcio de Oliveira Puggina - no seu *Deontologia, Magistratura e Alienação* -, reconhecer a impossibilidade de o fenômeno jurídico reger satisfatoriamente a vida em sociedade, uma vez que não há lei nem

¹ Mc 6, 1-6.

² COMTE-SPONVILLE, André. *Apresentação da Filosofia*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.p. 56 e 57.

regramento jurídico capaz de suportar o convívio antiético de elites econômicas a quem tudo é possível. *A crise do Direito, antes de ser meramente jurídica, econômica ou social, é, sobretudo, crise ética.*³

Nessa senda, para que não sejamos meros mantenedores do *status quo dominante*, convido-os a refletir que *nenhum Direito é definitivo*. Dito de outra forma, nunca teremos acesso à verdade absoluta/definitiva. Poderemos, no máximo, chegar mais ou menos próximo do que é verdadeiro. Mas nunca a verdade absoluta.

Como sintetiza Jules Lequier, *Quando alguém crê, com a fé mais inabalável, que possui a verdade, deve saber que crê, e não crer que sabe.*⁴

Essa realidade é boa, Caros Colegas. Pois deve trazer-nos tranquilidade e mais humildade, ingredientes essenciais para o vanguardista.

A vanguarda é a **sustentabilidade**. Malgrado a *dignidade da pessoa humana* ainda seja e deva continuar a ser pauta de nossos estudos e decisões, juristas de escol afirmam que ela já não se mostra suficiente, cumpre proteger, agora, o dinâmico equilíbrio ecológico e o valor intrínseco de todos os seres vivos.⁵

A sustentabilidade, na bela síntese do Professor Juarez Freitas, *aparece como dever ético e jurídico-político de viabilizar o bem-estar no presente, sem prejuízo do bem-estar-futuro, próprio e de terceiros.*⁶

Da vanguarda, caríssimos magistrados e todos aqui presentes, emerge a sustentabilidade como *princípio constitucional* que determina promover, a longo prazo, o desenvolvimento propício ao bem-estar nas suas dimensões social, econômica, ética, ambiental e jurídico-política. O foco não está mais em proteger as baleias da extinção nem tampouco preservar os lêmures da ilha de Madagascar. Mas sim, utilizar a ideia da sustentabilidade pluridimensional de modo a transformar nosso modo de pensar e de gerir nosso destino comum.

A sensibilidade de Francisco I à necessidade de um *desenvolvimento sustentável e integral* chamou minha atenção. Nosso destino comum se passará no planeta Terra – que, queiram ou não, nos liga a todos, pois é a nossa casa comum -. Na Carta Encíclica de 24 de maio de 2015 – *LAUDATO SI'* -, o Papa Francisco convida-nos urgentemente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta, pois este futuro terá impacto sobre todos nós. Como ressalta, *as atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação*

³ PUGGINA, Márcio de Oliveira. *Deontologia, magistratura e alienação*. Revista da AJURIS nº 59 – Novembro/1993.

⁴ Ver, CLAIR, André. *Jules Lequier, a busca por uma verdade primeira e outros textos*. PUF, Epimetheus: 1993.

⁵ FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 17.

⁶ FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 15.

do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas.⁷

Recordando o Patriarca Ecumênico Bartolomeu e chamando a atenção para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, convidamos a encontrar soluções não só na técnica mas também numa mudança do ser humano.

A proposta é complexa e exige que todos nós passemos do consumo ao sacrifício; da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha; do renunciar ao aprender a dar e a doar-se.

Em síntese, e nas palavras do Patriarca Bartolomeu, a sustentabilidade *É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É a libertação do medo, da avidez, da dependência.*

Não tenho dúvidas de que o mundo muito mudou nos últimos cinquenta anos. Creio que lá em casa eles também não tenham dúvidas que eu também estou, digamos assim, bem diferente. As saudades da juventude. Do dia da minha posse hoje também se fazem presentes. Creio que muitos compartilham comigo do mesmo saudosismo.

Mas, enfim, sem inveja alguma, até ficaria tentado a trocar de lugar com algum de vocês, caros novos colegas juízes. Como que entrando em uma mágica fonte da juventude. Desde que eu pudesse levar comigo *o que sou, o que vivi e o que aprendi* nestes meus 65 anos. Isso não é possível. Na vida não se tem direito a tudo. Portanto, resta-me ficar aqui, eu e minha história e minha experiência. E ter a sabedoria de ser grato por tudo.

Quando preparava estas palavras para vocês, na semana passada, um questionamento persistia: o mundo mudou, não há dúvida, então como devem ser os juízes para esse mundo novo? E na minha mente surgia como resposta: devem ser **juízes sustentáveis**.

Mas que características devem ter esses *juízes sustentáveis*, perguntava-me.

Devem ser homens bons. Contudo, a resposta não me satisfazia. Pois em toda época se pressupõe, ao menos em tese, que os juízes sejam homens bons.

A meu sentir, um *juiz sustentável*, no contexto aqui por mim proposto, é o juiz ético, transparente em suas decisões judiciais e na forma de administrar a *res publica*, promotor da diversidade em todas as suas acepções, confiável, com acurado senso de justiça, respeitoso ao próximo, zeloso com o meio ambiente, incorruptível e cômico das suas limitações como pessoa e como servidor da sociedade, mas entusiasta da construção de uma vida melhor para todos nós.

Vós não sois santos. Mas, na liberdade, almejar ser melhor a bem do mundo, deve apresentar-se como um ideal a ser perseguido. A ideia é do Papa. Talvez um *juiz sustentável* possa se inspirar na figura de São Francisco de Assis, cuja trajetória de vida denota ser inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior.

⁷ Carta Encíclica LAUDATO SI' do Santo Padre FRANCISCO sobre o cuidado da casa comum. Roma, 24 de maio – Solenidade de Pentecostes – de 2015, terceiro ano do Pontificado.

Hoje fomos contemplados com a presença de Vossa Excelência Ministra Corregedora Nacional de Justiça, a quem, de público, gostaria de registrar meu profundo respeito e admiração pela magistrada que é e pelo notável trabalho que tem desempenhado no Conselho Nacional de Justiça desde agosto de 2014.

Vossa Excelência é gaúcha de Soledade/RS – e eu, embora paulista de nascimento e mato-grossense de coração, sou cercado de rio-grandenses na minha vida profissional. A formação e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso confunde-se com a migração das famílias sulistas e paulistas para cá. Sem esquecer, como é cediço, que o Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul, no qual Vossa Excelência foi Juíza de Direito é, juntamente com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, grandes modelos de vanguarda na magistratura nacional. Não tenho dúvidas que a história recente e bem sucedida dessas Cortes de Justiça deve-se, e muito, à missão que Vossa Excelência aceitou há quase quarenta anos atrás. Idêntica a missão que estes novos juízes de Mato Grosso acabam de assumir.

Sua sensibilidade, retidão moral e temperança como Corregedora Nacional de Justiça são características reconhecidas por toda a magistratura. E, ainda que não agrade a todos, só reforça Vossa missão como profetisa-magistrada, de compromisso com a verdade, só com a verdade, doa a quem doer.

Vossa Excelência, no ano de 2001, ao proferir palestra no *Seminário Ética e Cidadania*, conseguiu sintetizar com maestria o poder dos juízes e também a responsabilidade que é ser juiz. Razão pela qual peço que a Senhora me permita ler um trecho daquela fala para estes novos magistrados.

Consignou Vossa Excelência, *O juiz é um espelho social onde o jurisdicionado se mira e encontra justificativas para agir de tal e qual forma, isto porque, no seu modo de ver crítico é permitido concluir que “se o juiz assim age, mais do que nunca eu, que sou um simples cidadão, posso fazê-lo” (...)* Esse é o primeiro passo na conscientização de que o juiz ao ser investido nas funções jurisdicionais agrega ao seu ser a responsabilidade da imagem da instituição que representa. É no ser, no estar e no participar, sempre e concomitantemente estará de forma indissolúvel e permanente associada as imagens do homem-juiz a do Poder Judiciário que representa.⁸

Agora digo eu, caros novos juízes, ninguém lhes disse que a missão seria simples nem que a responsabilidade que carregarão fosse leve. Todavia, o que posso garantir é que Vossas Excelências não estarão sós no caminho. Este Presidente, o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso e, tenho certeza, todos os demais magistrados desta grande nação – aqui representados na pessoa da Corregedora Nacional de Justiça – caminharão também aos lado de vocês, sendo fonte de apoio e de estímulo.

Ressalto, ainda, não descuidar que a contínua formação desta geração de *juízes sustentáveis*, bem como da renovação de toda a magistratura nacional exige medidas efetivas por parte dos órgãos do Poder Judiciário e, no nosso caso concreto, de ações a serem empreendidas pela Administração do Judiciário de Mato Grosso. É flagrante a necessidade de, cada vez mais, aproximar a formação da magistratura estadual da

⁸ ANDRIGHI, Nancy. *A ética na magistratura*. Palestra proferida na cidade de Fortaleza, Seminário Ética e Cidadania, em 18.06.2001.

transdisciplinariedade. Para ser juiz não mais basta conhecer normas. Cada dia mais precisamos de juristas (de verdade) e não de meros aplicadores de regras. Para a construção de *juízes integrais* é essencial uma *formação integral* (social, ética, jurídico-política, econômica e ambiental), na qual ainda precisamos avançar bastante.

Estimados Senhores e Senhoras, em termos bastante práticos, a *sustentabilidade* tem dimensão jurídico-política na Constituição brasileira e, por conseguinte, o Legislativo, o Executivo e, substitutivamente, o Poder Judiciário devem tutelar efetivamente os direitos relativos ao bem-estar duradouro das atuais e das futuras gerações. *Dever constitucional fundamental* que, no dia a dia, exige o resguardo e concretização do direito à longevidade digna, à alimentação sem excessos e carências, ao ambiente limpo, à educação de qualidade, à democracia, preferencialmente direta, à informação livre e de conteúdo qualificado, à segurança, à renda oriunda do trabalho decente, à moradia digna e segura, à boa administração pública e ao processo judicial e administrativo com desfecho tempestivo.⁹

A missão, portanto, é imensa Senhor Governador Pedro Taques, Senhor Deputado Estadual Guilherme Maluf, Senhora Ministra Nancy Andrighi, Senhores magistrados do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A missão é construir um novo ser humano e, a partir dele, um mundo em que vivamos em comunhão. Nós, que exercemos parcela do poder estatal, temos o dever moral e legal de estar completamente comprometidos com a *res pública*.

A *res publica* aqui não deve ser compreendida como a coisa pública, mas sim, como a *situação do que é público*. Esse compromisso com a situação do que é público enxergo de forma muito cristalina em Vossa Excelência Governador Pedro Taques.

Não estaríamos aqui, empossando 26 novos juízes do Estado de Mato Grosso se não fosse o esforço e apoio de Vossa Excelência Governador, em especial, quando aproximou o orçamento de 2016 para patamares mais próximos da real arrecadação que o Estado terá. Permitindo, assim, que esta Administração pudesse planejar com mais segurança os gastos permanentes com pessoal.

Assim, em nome de toda a sociedade mato-grossense, em especial daqueles domiciliados nas comarcas onde estes novos juízes atuarão, acolha o meu sincero agradecimento.

Por fim, nesse dia feliz, rogo a Vossas Excelências – novos e sustentáveis juízes deste imenso Estado de Mato Grosso – nunca permitam que seus corações sejam corrompidos. *Corrupto*, em que pese etimologicamente equivocado, pode-se dizer que é aquele que tem o *coração rompido*, na poética síntese de Leonardo Boff. Honrem os valores da diversidade, da tolerância, da família, da retidão, do amor e do altruísmo. E, assim, honrarão a toga.

Muito obrigado por terem me ouvido.

⁹ Ver FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p.p. 55-75.